

REPERCUSSÕES DAS LEIS 11.232/05 E 11.382/06 NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA TRABALHISTA

Francisco das C. Lima Filho¹

1 INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao que foi estabelecido no art. 5º, inciso LXXVIII, do Texto Maior, com a redação da Emenda Constitucional 45/2004, que incorporou o *princípio de um tempo razoável do processo*, o legislador ordinário editou a partir de 2005 várias Leis imprimindo profundas e importantes reformas no Código de Processo Civil visando dá maior efetividade à prestação jurisdicional.

No âmbito do Processo Laboral o princípio-garantia de *um tempo razoável do processo* tem um significado especial, pois como lembra a doutrina espanhola²:

La especialidad y razón de ser del proceso laboral radica, a mi juicio, en que el proceso laboral es no sólo un instrumento para la solución pacífica de los conflictos entre empresario y trabajador sino que es sobre todo un mecanismo de tutela de los derechos da la parte más débil, el trabajador. Y como se sabe, la tutela del trabajo es un instrumento al servicio del Estado Social.

Assim, a concretização do *princípio de um tempo razoável do processo* se mostra ainda mais relevante no campo do Processo Laboral, pois aqui, como regra, o trabalhador hipossuficiente é o demandante e o empresário o demandado. Essa perspectiva deve ser tomada em conta pelo juiz e pelo próprio legislador, especialmente quanto ao constitucional direito a tutela jurisdicional efetiva e não apenas formal, de tal forma que o trabalhador possa auferir no campo da vida real e em tempo oportuno, os benefícios que possam lhe ter sido reconhecidos pela sentença que resolveu o conflito, o que nem sempre acontece na prática.

Desse modo, embora o princípio por si mesmo não resolva o problema do acesso à justiça, constitui uma garantia que concretizada na prática, trará muitos benefícios ao

¹ Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Dourados. Mestre em Direito (UNB). Mestre e doutorando Direito Social pela UCLM (Espanha). Professor na Unigran (Dourados-MS).

² SÁEZ LARA, Carmen. **La Tutela Judicial Efectiva Y El Proceso Laboral**. Madrid: Civitas, 2004, p. 37.

jurisdicionado. Todavia, torna-se necessário reconhecer que essa concretização depende em grande medida da mudança de mentalidade de uma boa parcela a Magistratura, ainda muito conservadora que acredita que a mera mudança da legislação processual é suficiente para resolver o problema da morosidade da prestação jurisdicional. Por conseguinte, encontra-se muito mais preocupada com as formalidades procedimentais do que a concretização dos ideais de justiça da sociedade.

Impende registrar, por outro lado e desde logo, que o *princípio de um tempo razoável do processo*, elevado a nível constitucional por força da Emenda 45/2004 não constitui nenhuma novidade entre nós, pois já havia sido albergado pelo ordenamento jurídico nacional, na medida em integra o denominado “*Pacto de San Jose da Costa Rica*” - Convenção Americana de Direitos Humanos, aprovada em 22 de setembro de 1969, ratificada pelo Brasil em 25.09.1992. Portanto, a teor do que reza o art. 5º, § 1º do Texto Maior a aludida normativa internacional integra o ordenamento jurídico pátrio com força de norma constitucional, pois se trata de tratado sobre direitos fundamentais³.

³ Art. 5º, § 1º do Texto de 1988 antes da Emenda 45.

De fato, como doutrina Piovesam⁴, citando Trindade:

Se para os tratados internacionais em geral, se tem exigido a intermediação pelo Poder Legislativo de ato com força de lei de modo a outorgar as suas disposições vigência ou obrigatoriedade no plano do ordenamento jurídico interno, distintamente no caso dos tratados de proteção internacional dos direitos humanos em que o Brasil é parte, os direitos fundamentais neles garantidos, consoante os arts. 5º (2) e 5º (1) da Constituição brasileira de 1988, passaram a integrar o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados e direta e imediatamente exigíveis no plano do ordenamento jurídico interno.

Esse entendimento doutrinário foi confirmado pela Emenda 45 ao acrescentar ao art. 5º da Carta de 1988 um 3º parágrafo dispondo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovadas em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um quorum especial (três quintos dos votos dos respectivos membros), passam a ter dignidade de emendas constitucionais, reafirmando assim aquilo que já estava implícito no § 1º antes da aludida Emenda, inclusive quanto aos tratados anteriores a ela, pois como lembra Rezek⁵:

⁴ PIOVESAM, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 94-95.

⁵ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 10a ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 103.

é sensato crer que ao promulgar esse parágrafo na Emenda constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004, sem nenhuma ressalva abjuratória dos tratados sobre direitos humanos outrora concluídos mediante processo simples, o Congresso constituinte os elevou à categoria dos tratados de nível constitucional. Essa é uma equação jurídica da mesma natureza daquela que explica que nosso Código Tributário, promulgado a seu tempo como lei ordinária, tenha-se promovido a lei complementar à Constituição desde o momento em que a carta disse que as normas gerais de direito tributário deveriam estar expressas em diploma dessa estatura.

Assim, não constitui nenhuma novidade entre nós a inclusão de forma surpreendente do *princípio da duração razoável do processo* nem tampouco, de mudança radical nos propósitos da tutela jurídica prestada pelo Estado brasileiro como, aliás, reconhece abalizada doutrina⁶ e que na verdade constitui uma decorrência dos princípios do devido processo legal material e da tutela efetiva, igualmente albergados pelo Texto Maior⁷.

Entre as Leis editadas por força da Emenda 45/2004, que reformaram o sistema processual civil, encontra-se a Lei

⁶ ASSIS, Arakem de. Duração razoável do processo e reformas da lei processual civil. *In*: Fuz, Luiz et al (Coord). **Processo e Constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 195-204.

⁷ Art. 5º, incisos LIV e XXV da Carta de 1988.

11.232/05 que, adotando a moderna concepção de sincretismo entre o processo de conhecimento e o processo de execução, objetiva tornar mais efetivo o mecanismo para concretização da tutela jurisdicional reconhecida na sentença. Por conseguinte, de acordo com referido Diploma Legal, passada em julgado a sentença deverá ser cumprida sem a necessidade de um outro processo autônomo, substituindo-se dessa forma, a clássica execução autônoma por uma fase denominada “cumprimento da sentença” que na verdade tem sentido de execução da sentença⁸.

De fato, ao:

dar nova redação ao § 1º do art. 162 e à cabeça dos arts. 267 e 269 do CPC, a Lei 2.232/2005 modificou substancialmente o conceito de sentença e adotou genericamente o modelo do processo sincrético (processo com predominante função executiva) para tutela das obrigações pecuniárias (por quantia certa) contempladas em sentença judicial civil (a exemplo do que já havia feito para as obrigações de fazer, não-fazer e dar – arts. 461 e 461-A)”⁹.

⁸ Lembra com acerto Julio César Bebbber que a expressão *cumprimento da sentença* é utilizada como sinônimo de *execução da sentença* “como se vê dos dispositivos legais introduzidos e modificados no CPC”. Bebbber, Júlio César. **Cumprimento da Sentença no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006. p. 69.

⁹ Idem, 2006, p. 17.

Entretanto, vale anotar que apesar da adoção desse novo modelo de processo (sincrético, que é composto de duas fases ou módulos em um só processo: a fase de conhecimento e outra de execução), não se afasta a existência de processos de conhecimento (que são aqueles que se dirigem à obtenção de sentenças meramente declaratórias ou constitutivas) e de processos de execução fundados em título extrajudicial¹⁰ e até mesmo alguns fundados em títulos judiciais.

Podem ser citados como exemplos de processo autônomo de execução em relação ao cognitivo, fundados em título judicial as execuções fundadas em execução de sentença penal condenatória (art. 475-N, II), execução de sentença arbitral (art. 475-N, IV) e execução da decisão homologatória de sentença estrangeira (art. 475-N), conforme prevê o Par. único do próprio art. 475-N do CPC ao estabelecer que “Nos casos dos incisos II, IV e VI, o mandado inicial (art. 475-J) incluirá a ordem de citação do devedor, no juízo civil, para liquidação ou execução, conforme o caso”, o que evidencia o acerto da afirmação de que a adoção do modelo de processo sincrético pela Lei 11.232/05 efetivamente não afasta a existência de processo de execução fundado em título extrajudicial e judicial.

¹⁰ Art. 585, incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII, do CPC.

Acertada, pois, a afirmação de Câmara¹¹ defendendo a existência no Direito Processual Civil brasileiro, três diferentes tipos de módulo processual executivo: a) *a fase executiva do processo*, que se desenvolve como complemento do módulo processual de conhecimento, tudo em um só processo (art. 475-N, I, III, V e VII); b) *o processo executivo autônomo fundado em título executivo judicial* (art. 475-N, II, IV e VI), que tem natureza de processo autônomo e se desenvolve com a aplicação – naquilo que couber – das regras constantes do Livro I do CPC para o cumprimento da sentença; e, c) *o processo executivo de título extrajudiciais*, regulado no Livro II do CPC.

Assim, a partir da reforma imprimida pela Lei 11.238/05 se passou a ter um processo em que ocorre uma justaposição sucessiva de duas fases: uma de conhecimento, outra de execução. Pode-se, então, afirmar que existem dois tipos de módulo processual: o *cognitivo* e o *executivo*¹².

O módulo processual de conhecimento pode se manifestar de duas diferentes maneiras: ou se trata de um processo de conhecimento ou de uma fase de conhecimento em um processo misto ou sincrético, podendo o módulo

¹¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. **A nova Execução de Sentença**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006, p. 108-109.

¹² CÂMARA, **Ob. cit.**, p. 23.

processual executivo também se apresentar de duas maneiras: processo de execução ou fase executiva em processo misto ou sincrético¹³.

Nessa perspectiva, parece não restar dúvida de que o procedimento previsto no art. 475-I e seguintes do CPC, na redação advinda da citada Lei 11.232/05 para o cumprimento da sentença guarda muitas similaridades com a “execução trabalhista”, cuja autonomia em relação à ação cognitiva é bastante mitigada e até mesmo negada por parte da doutrina com a qual concordo, pois na verdade, a execução trabalhista nada mais constitui do que uma fase de cumprimento da sentença. Tanto assim, que pode e deve ser iniciada de ofício pelo próprio juiz.

Teixeira Filho¹⁴ afirma de modo convincente que “a execução trabalhista calcada em título judicial, longe de ser autônoma, representa, em rigor, simples fase do processo de conhecimento que deu origem à sentença condenatória exequenda”.

Do mesmo sentir Almeida¹⁵ que é enfático ao sustentar que “a execução trabalhista não deve ser considerada

¹³ CÂMARA, **Ob. cit.**, p. 24.

¹⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 46.

¹⁵ ALMEIDA, Íris de. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1991, v. II, p. 395.

senão como uma fase do processo, que se inicia com a apresentação da reclamatória verbal ou escrita e termina com a satisfação da pretensão da parte vencedora na demanda”.

O mero fato de o art. 880 da CLT em uma evidente falta de técnica falar em citação do devedor, não é suficiente para tornar essa fase complementar do processo de conhecimento um novo e autônomo processo, pois na verdade se a citação é o ato que visa integrar o réu na relação processual, se aperfeiçoa com a chamada “notificação” para audiência de conciliação.

Assim, se como lembra Bebber¹⁶, a citação tem a função de levar ao acionado o conhecimento da demanda que lhe diz respeito, integrando-o ao processo na condição de parte e sempre traz consigo uma intimação, não há cogitar de nova citação para o cumprimento da sentença, mas de mera intimação.

Dessa forma, o ato processual que o art. 880 da velha CLT denomina de citação, nada mais é que mera intimação do demandado para pagar o valor devido ou nomear bens à penhora.

Nessa perspectiva, não têm razão aqueles que vêm na citação (na verdade intimação) do reclamado para pagar o

¹⁶ BEBBER, **Ob. cit.**, p. 76.

quantum debeatur ou garanti-lo com indicação de bens à penhora ou depósito do respectivo valor um traço de autonomia da execução trabalhista.

De qualquer forma, considerando que agora com a vigência da Lei 11.232/05 o processo é marcadamente sincrético, realizada a citação (notificação no processo laboral) na fase de conhecimento tem-se que o réu nele foi integrado (cognição-integração) tornando desnecessária a repetição desse ato para a fase de cumprimento da sentença. Por conseguinte, para a fase de cumprimento da sentença apenas a intimação será realizada e não nova citação.

O presente trabalho que nem de longe tem a pretensão de esgotar o tema, visa analisar as repercussões que as Leis 11.232/05 e 11.382/06 possam ter trazido à execução trabalhista, na medida em que a maioria, se não a grande maioria das sentenças prolatadas em reclamações ajuizadas perante a Justiça do Trabalho dizem respeito a condenações em obrigação de dar quantia certa (parcelas inadimplidas no curso da relação de emprego ou por ocasião de sua cessação), o que evidencia a necessidade e a relevância de se estudar a compatibilidade entre as novas normas do Direito Processual Comum com aquelas atinentes ao Processo Laboral.

Desse modo, passo a tecer algumas considerações a respeito do tema esperando de alguma forma contribuir para a sua discussão.

2 APLICAÇÃO DA LEI 11.232/05 AO PROCESSO LABORAL

Levando-se em conta as condições exigidas e previstas nos arts. 8º, Par. Único e 769 da Lei Consolidada, para aplicação subsidiária das normas do Direito Processual comum ao Direito Processual Laboral – omissão das normas processuais trabalhistas e compatibilidade com os princípios informativos do direito processual laboral – se extrai um princípio que deve informar essa possível aplicação:

a aplicação de normas do Direito Processual Civil no procedimento trabalhista somente se justifica quando for necessária e eficaz para melhorar a efetividade da prestação jurisdicional laboral¹⁷.

¹⁷ LIMA FILHO, Francisco das C. Violação à cláusula constitucional do devido processo legal para Lei 11.277/06. Inaplicabilidade ao processo laboral. In: CHAVES, Luciano Atayde (Coord.). **Direito Processual do Trabalho: reforma e efetividade**. São Paulo: LTr, 2007, p. 359-74. Vide também SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Incompatibilidades: reflexos das alterações do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho. O

É claro que as normas da Lei 11.232/05 apesar de posteriores àquelas da velha CLT não vinculam, de forma automática, o juiz do trabalho porquanto, este somente deve delas se valer quando compatíveis com os princípios específicos e informativos do Processo do Trabalho e ainda assim, se puderem dar maior efetividade à prestação jurisdicional.

Desse modo, resta saber se as normas da Lei 11.232/05 são ou não compatíveis com os princípios informativos do Processo Laboral.

Apesar de nem todas as normas previstas na mencionada Lei poderem ser aplicadas ao Processo do Trabalho como se verá no decorrer do presente trabalho, se deve reconhecer que muitos dispositivos do aludido Diploma por imprimirem maior celeridade à prestação jurisdicional e se mostrarem perfeitamente compatíveis com os princípios informativos do Processo do Trabalho, a ele devem ser aplicados. Entretanto, é preciso ter certa cautela para não transplantar para o campo do cumprimento da sentença trabalhista regras que, apesar de “modernas” e posteriores à

Trabalho. Curitiba, n. 115, p. 3481-95, set. 2006. p. 3481-95. Suplemento Especial.

velha CLT, mostram-se incompatíveis com os princípios que alicerçam o Processo Laboral.

De fato, se deve levar em conta que o Processo do Trabalho é acima de tudo, um mecanismo de tutela dos direitos da parte mais débil na relação processual - o trabalhador, em regra, hipossuficiente. Por conseguinte, um instrumento de concretização dos ideais do Estado Democrático de Direito, que tem como seus principais fundamentos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, como expressado nos art. 1º, incisos III e IV e 193 da Carta da República.

Assim, como adverte Canotilho¹⁸ a proteção jurídica através dos tribunais deve implicar na garantia de uma proteção eficaz e temporalmente adequada que engloba a exigência de uma apreciação, pelo juiz, da matéria de fato e de direito, objeto do litígio ou da pretensão do particular, e a respectiva “resposta” plasmada numa decisão judicial vinculativa (em termos a regular pelas leis de processo). Por isso, o controle judicial deve, pelo menos em sede de primeira instância, fixar as chamadas “matérias ou questões de facto”, não devendo configurar um “tribunal de revista”, limitado à apreciação das “questões” e “vícios de direito”.

¹⁸ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 1993, p. 486-7.

Além disso, ao demandante de uma proteção jurídica deve ser reconhecida a possibilidade, em tempo útil (“*adequação temporal*”, *justiça temporalmente adequada*”), de obter uma sentença executória com força de caso julgado, capaz de entregar na prática ao vencedor o bem da vida, o que a toda evidência constitui um dos objetivos da Lei 11.232/05.

Ademais, como lembra com absoluta propriedade a doutrina¹⁹, o direito a tutela judicial efetiva, como direito fundamental, protege, antes de tudo os indivíduos frente ao poder. Por conseguinte, pode-se afirmar que é a falta de poder de cada indivíduo para impor seus direitos e interesses – consequência necessária do dever de respeito à dignidade humana e a paz social a que se referem os art. 1º, 3º, I e 5º, XXXV da Constituição brasileira, de 1988 – que dota o direito à tutela judicial efetiva de seu caráter materialmente essencial ou fundamental, enquanto necessário para a realização dos direitos e interesses dos particulares.

Essa tutela efetiva, substancial por óbvias razões passa pelo respeito ao princípio-garantia do devido processo legal que pressupõe um processo não apenas formal, mas um processo *que se desenvolva um tempo razoável e que seja apto*

¹⁹ SÁEZ LARA, **Ob. cit.**, p. 25.

para assegurar no plano da realidade da vida das pessoas os bens e os direitos a que elas façam jus.

Desse modo, as normas da Lei 11.232/05 que possam trazer ao jurisdicionado trabalhista, especialmente ao trabalhador maior celeridade e justiça, devem ser aplicadas no campo do cumprimento da sentença, em que pese a sexagenária CLT dispor de um procedimento próprio, mas que em muitos casos não mais se compatibiliza com a realidade. Por isso, a negativa de aplicação da nova norma, baseada apenas na falta de omissão da CLT quanto ao procedimento da execução trabalhista, pode redundar em prejuízo ao próprio destinatário de prestação jurisdicional, nomeadamente ao trabalhador que tem pressa e necessidade de receber de forma oportuna aquilo que a sentença lhe reconheceu até mesmo em razão da natureza alimentar do crédito trabalhista.

Como lembra Porto²⁰, citando Souza:

ora se o juiz ‘diz o direito’, ele o está dizendo num esquema lógico em que se transpõe a decisão e seus efeitos do plano do direito objetivo – a norma jurídica abstrata, vigente no sistema jurídico no qual o julgador está inserido – a análise, interpretação e aplicação dessa norma ao caso concreto a ele

²⁰ PORTO, Sérgio Gilberto. A crise do processo: a necessária adequação à natureza do direito posto em causa, como pressuposto da efetividade. In: Fuz, Luiz et al (Coord). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 178-89.

apresentado, funcionando como módulo resolutivo do problema posto em julgamento.

Por isso, na ausência de disciplina processual própria ou inadequação desta à nova realidade, “diante da natureza do direito posto em causa ou a qualidade da parte, está o juiz, em face da função criativa (inerente ao seu ofício!), autorizado a estabelecer a disciplina processual concreta, desde que respeitadas as garantias constitucionais-processuais integrantes da ordem constitucional”.

No campo da execução trabalhista, em que se está diante de crédito de natureza alimentar, que demanda uma celeridade mais acentuada, pois da efetiva entrega do valor devido muitas vezes depende a sobrevivência do trabalhador e de sua família, com o fito de adequar o Direito Processual Laboral à realidade, pode e deve o juiz, se houver lei, ao interpretá-la, deformar, estender ou restringir sua compreensão desde que sejam observados os princípios e as garantias constitucionais-processuais e, não havendo norma, colmatar a lacuna existente, por meio de atividade criativa que busque dar maior eficiência ao processo dentro do cenário material posto à apreciação ou, em outras palavras, adequar o direito processual à natureza (objetiva ou subjetiva) do direito posto em causa.

Ademais, se todos os juizes estão obrigados a levar a cabo o labor de adequação de suas decisões aos valores constitucionais no momento da aplicação do direito, muito mais fortemente estará o juiz do trabalho, pela simples mais poderosa razão de que tem em suas mãos a direção de um processo que se encontra orientado e vocacionado a dar satisfação aos princípios reitores da política social e econômica e, de resto, aos direitos fundamentais sociais e ao princípio da igualdade material. Para atingir esse objetivo, a Constituição da República e a legislação processual criaram um processo especial e órgãos jurisdicionais próprios vocacionados a servir a um procedimento cheio de especificidades frente ao comum, mas que também admite, ainda que em caráter subsidiário a aplicação das normas do processo comum para que possa cumprir os seus objetivos.

Nessa perspectiva, penso que as normas da Lei 11.232/05 relativas ao cumprimento da sentença devem ser aplicadas à execução trabalhista em tudo aquilo que não sendo incompatíveis com os princípios informativos do Processo Laboral, possam trazer maiores benefícios e maior celeridade à efetiva prestação jurisdicional, especialmente no que toca ao credor, em regra o trabalhador.

3 DA COMPETÊNCIA: incidência do art. 475-P do CPC na execução trabalhista

Nos termos da norma constante do art. 877 da CLT a competência para a execução das decisões é do juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio, enquanto o art. 877-A prevê que se tratando de execução de título executivo extrajudicial é do juiz que teria competência para o processo de conhecimento.

Por força do que previsto no Parágrafo único do art. 475-P do CPC, na redação advinda da citada Lei 11.232/05, se tratando de sentença de primeira instância “o exequente poderá optar pelo juízo do local onde se encontrem bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem”.

Levando-se em conta apenas a literalidade do art. 769 da CLT, não seria aplicável à execução trabalhista – cumprimento da sentença – a nova regra processual (art. 475-P, Par. único, do CPC), na medida em que a CLT não é omissa a respeito da matéria da competência para execução.

Entretanto, não parece razoável afastar a incidência da nova norma apenas em nome da ausência da omissão, pois

o que é relevante para que seja aplicada, é o fato dela poder imprimir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional satisfazendo, assim, a garantia constante do art. 5º, inciso LXXVIII do Texto Maior. Aliás, e a bem da verdade a CLT é completamente omissa a respeito da matéria constante do Par. único do art. 475-P do CPC, ao contrário do que sustenta parte da doutrina²¹.

Não se pode deixar de reconhecer que é muito mais fácil e menos onerosa a execução que se processa no local onde se encontra o executado ou os bens passíveis de expropriação.

Que não se diga que a execução pode ser levada a efeito através de carta precatória, pois além desse procedimento criar maiores ônus para o próprio Estado e não raro para as partes, tem a propensão de ser muito mais lento do que quando a execução se processa de imediato perante o juízo onde se encontra o devedor e os bens passíveis de expropriação permitindo uma maior efetividade, na medida em que facilita a comunicação dos atos processuais (quando se realizar no foro do domicílio do executado) ou a expropriação dos bens (quando for realizada no foro onde estes estejam localizados), o que significa afirmar não existir nenhuma

²¹ BEBBER, **Ob. cit.**, p 71.

incompatibilidade da norma com os princípios informativos do Processo Laboral.

Lembra com absoluto acerto Oliveira²² que com o advento do Parágrafo único do art. 475-P do CPC, a *perpetuatio jurisdictione* se amplia, na medida em que “o princípio de que o juiz da ação também é o juiz da execução se relativiza, pois a lei deixa ao critério do exequente optar em proceder à execução no local em que se encontram os bens que serão expropriados em hasta pública ou no atual domicílio do executado”.

De outro lado, o modelo acolhido pela novel norma processual, semelhante ao previsto no art. 26 do *Codice di Procedura Civile* italiano, encontra-se em inteira harmonia com o princípio constante do art. 612 do Código de Processo Civil, segundo o qual a execução se desenvolve no interesse do credor, o que no processo do trabalho se justifica ainda mais, até mesmo levando-se em consideração a natureza alimentar do crédito trabalhista e a condição de hipossuficiência do credor, que na grande maioria dos casos é o trabalhador.

Ademais, o simples fato da legislação processual laboral não ser omissa a respeito da matéria, como

²² OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Execução na Justiça do Trabalho*. São Paulo: RT, 2006, p. 33.

equivocadamente afirmam alguns não pode constituir obstáculo intransponível a que se busque, ainda que por aplicação de norma do Direito Processual comum, maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional como, aliás, defendido por abalizada doutrina²³, máxime porque a bem da verdade o que a norma em comento permite, sem nenhuma agressão ao devido processo legal, é a possibilidade de, a requerimento do credor, ser promovida a cisão da competência, atribuindo-se a um juízo a função de exercer a cognição e a outro a de promover a execução, no mesmo processo. Tem-se, assim, como averba a doutrina, competência funcional no plano horizontal, na medida em que ambos os juízos estão no mesmo plano hierárquico²⁴.

Ora, se a nova norma além de não se mostrar incompatível com os princípios informativos do Processo do Trabalho atende de forma concreta a garantia constante do art. 5º, inciso LXXVIII do Texto Maior, imprimindo maior celeridade e eficácia à prestação jurisdicional e encontra-se em inteira sintonia com o princípio constante do art. 612 do CPC, de evidente aplicação à execução laboral, não vejo como se

²³ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. As novas leis alterantes do processo civil e sua repercussão no processo do trabalho. **Revista LTr.** v. 70, n.3, p. 293.

possa deixar de aplicá-la no cumprimento da sentença trabalhista apenas porque a CLT contém regra a respeito da matéria da competência para execução que, diga-se de passagem, é menos favorável ao próprio trabalhador/exequente²⁵ do que aquela contida no Par. único, do art. 475-I do CPC, na redação da Lei 11.232/05²⁶.

Dessa forma, demonstrada a inteira compatibilidade da norma com processo do trabalho e constatado que o

²⁴ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 126. No mesmo sentido CÂMARA, Alexandre Freitas. **Ob. cit.**, p. 147.

²⁵ Nesse sentido CARVALHO, Luis Fernando Silva de. Lei n. 11.232/2005: oportunidade de maior efetividade no cumprimento das sentenças trabalhista. In: CHAVES, Luciano Atayde (Coord.). **Direito Processual do Trabalho**: reforma e efetividade. São Paulo: LTr, 2007, p. 249-275.

²⁶ Dessa forma, até mesmo em obséquio ao princípio informativo do Direito do Trabalho da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador, deve-se aplicar a regra do Par. único, do art. 475-P do CPC no cumprimento da sentença trabalhista. Afinal, o Direito Processual somente terá sentido se servir a efetividade do Direito Material, pois objetivando antes de tudo o processo (meio) a realização do direito material, dele se exige a obtenção de resultados que possam traduzir o direito de fundo (matéria) com eficiência e justiça (fim). Por isso seus primados não são e nem podem ser entendidos como mera técnica e erudição de seus aplicadores, como infelizmente ainda pensam alguns menos avisados. Mais importante e eficiente do que o rompanete tecnismo, deve apresentar-se, como fundamental, o espírito público, com a percepção social de onde se insere o drama vivido pelas partes. É no momento da operação jurisdicional levada a cabo pelo juiz, ao aplicar o direito, que deve haver a correspondência da garantia fundamental de um processo eficiente e equânime, nomeadamente no campo do Direito Processual Laboral, na medida em este não este constitui apenas um instrumento para solução pacífica dos conflitos entre empresários e trabalhadores, mas também e acima de tudo, é um mecanismo de tutela dos direitos da parte mais débil, o trabalhador. E como sabemos todos nós, a

reclamado e/ou os bens passíveis de expropriação encontram-se em local diverso do juízo onde a sentença foi proferida, é facultado ao credor requerer ao juízo de origem, antes ou após a liquidação, a remessa dos autos ao juízo onde se encontrarem os bens passíveis de expropriação ou do atual domicílio do devedor.

Todavia, como a liquidação constitui atividade eminentemente cognitiva, deve ser processada perante o juízo prolator da sentença (juízo de origem)²⁷, o que significa afirmar que a liquidação, quando se fizer necessária, será sempre desenvolvida perante o juízo do módulo processual cognitivo, pois a cisão da competência somente será possível para a execução, não para o incidente ou fase antecedente de liquidação²⁸.

É evidente que o juízo de origem não tem poder para recusar a remessa dos autos, salvo, é claro, quando o pedido não se enquadrar nas hipóteses previstas no Par. único, do art. 475-P do CPC e nem o executado poderá se insurgir contra essa faculdade outorgada pela lei ao credor²⁹.

tutela do trabalho como valor social, é um instrumento do Estado Democrático de Direito (Constituição de 1988, art. 1º, inciso IV e 193).

²⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. **A Nova Etapa da Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 165.

²⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Ob. Cit.**, p. 149.

²⁹ Em sentido contrário OLIVEIRA, **Ob. cit.**, p. 33. Para este autor, “O juiz poderá ter motivos para não aquiescer à remessa”, com quem não se pode

Vale anotar, ainda, que não obtendo êxito na satisfação do crédito no local escolhido, poderá o exequente, nesse mesmo juízo, requerer a remessa dos autos para juízo ou até mesmo para o juízo de origem, se ali for possível a efetiva satisfação do crédito exequendo, o que evidencia e confirma mais uma vez, a absoluta compatibilidade da nova regra com os princípios e objetivos sociais do processo laboral: entrega em tempo oportuno, de forma efetiva e concreta ao trabalhador a prestação jurisdicional, que no plano prático e na maioria das execuções trabalhistas consiste no real pagamento do valor devido ao credor.

4 DO NOVO PROCEDIMENTO PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA TRABALHISTA

De acordo com o disposto no art. 475-J do CPC, quando o devedor for condenado ao pagamento de quantia certa ou que vier a ser fixada em liquidação, não efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido

concordar no particular, pois a norma assegura ao credor a faculdade de optar pelo local onde estejam os bens passíveis de penhora ou do atual

de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á o mandado de penhora e avaliação.

A norma é parcialmente aplicável ao cumprimento da sentença no Processo do Trabalho, na medida em que a cominação de multa para o caso de descumprimento da sentença há muito se encontra prevista na própria CLT (art. 652), não constituindo assim, nenhuma novidade. Ademais, o art. 832, § 1º do aludido Diploma Consolidado prevê que quando a sentença concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento, inclusive, é claro, a fixação da multa de dez por cento sobre o montante devido e que reverterá em benefício do credor.

Assim, pode-se afirmar que a norma do art. 475-J do CPC, na redação da Lei 11.232/05 aplica-se perfeitamente no cumprimento da sentença trabalhista, porém com as seguintes adaptações:

a) o prazo para o cumprimento da sentença é de oito dias, prazo destinado para interposição dos recursos no âmbito do processo laboral. Por conseguinte, não se aplica aqui o prazo de quinze dias previsto no dispositivo processual comum.

domicílio do devedor, não deixando ao critério do juiz o deferimento ou não do requerimento do credor.

Penso, por outro lado, que não se pode confundir a intimação do devedor para o cumprimento da sentença, prevista no art. 475-J do CPC, com a intimação sobre a procedência do pedido formulado na inicial. Esta é feita em cumprimento à exigência prevista no art. 234 do CPC e deve ser procedida na pessoa do advogado quando a parte estiver assistida por este profissional, enquanto aquela deve ser feita ao próprio devedor, ainda que pelo correio.

De fato, a intimação da sentença, em cumprimento ao disposto no art. 234 do CPC apenas cientifica o devedor de sua condenação oportunizando-lhe eventual recurso, enquanto aquela prevista no art. 475-J destina-se:

obter um ato voluntário do devedor de disposição patrimonial, ou seja, de pagamento, de cumprimento da obrigação. Trata-se de uma providência processual que tem implicações no campo patrimonial do direito material, qual seja, o cumprimento da obrigação. E essa espécie de intimação, pelas consequências no campo do direito material, não pode ficar à mercê da intimação do advogado, carreando-lhe inclusive uma pesada responsabilidade no plano profissional caso deixe de comunicar seu constituinte, por qualquer motivo. Imaginem a situação em que o advogado já teve dificuldades de comunicar ao seu cliente que sucumbiu na ação, e, ainda, que está sendo

instado para imediato cumprimento do julgado³⁰.

A intimação da sentença, que apenas tem por objetivo cientificar o acionado a respeito do conteúdo da condenação ao pagamento de quantia certa, a toda evidência não pode servir de termo inicial para que o devedor seja instado ao cumprimento do julgado.

Na verdade, quando a parte é intimada da sentença que a condenou ao pagamento de quantia certa, o que tem início é o prazo para a interposição de eventual recurso (art. 242 do CPC) e não para o cumprimento da mesma, máxime porque esta pode ainda não ser exequível.

Dessa forma, a intimação que pode e deve ser feita através do advogado é apenas aquela que cientifica a parte de sua condenação ao pagamento de quantia certa, não assim aquela prevista no art. 475-J do CPC através da qual o devedor é instado ao cumprimento da obrigação reconhecida na sentença, que somente terá validade se procedida ao próprio devedor, ainda que através do correio, pena de violar-se de forma a mais não se desejar o princípio do devido processo legal constitucionalmente garantido;

³⁰ PAVAN, Dorival Renato. **Comentários às Leis 11.187 e 11.232, de 2005: O novo regime do agravo; o cumprimento da sentença e a lei processual civil no tempo.** São Paulo: Editora Pílares, 2006, p. 132-3.

b) como no âmbito trabalhista a execução pode e deve ser iniciada de ofício pelo juiz, não há necessidade de requerimento do credor.

É claro que se eventualmente o juiz não tomar a iniciativa da execução na forma do art. 878 da CLT a parte pode requerer o início da mesma. Se assim não fizer no prazo de seis meses, contado da data final para o cumprimento da sentença, na hipótese em que não dependa do juiz a iniciativa da execução, como por exemplo, quando a liquidação tiver se processar por artigos, os autos serão arquivados podendo, todavia serem desarquivados a qualquer momento, na forma prevista no § 5º, do art. 475-J do CPC;

c) não existe necessidade de juntada de demonstrativo do débito pelo exeqüente como exige o inciso II, do art. 614, do CPC, pois no Processo do Trabalho existe fase apropriada para liquidação da sentença que deve obedecer ao procedimento próprio previsto no art. 879 da CLT.

É claro que na hipótese de cumprimento de sentença homologatória de acordo, não há cogitar de intimação para cumprimento da mesma, pois as partes já têm ciência tanto do valor a ser pago como da data para o cumprimento da obrigação. Nessa hipótese deve ser expedido desde logo, verificado o inadimplemento da obrigação, o mandado de penhora, pois a própria ata de audiência, na qual se formalizou

a homologação do acordo, é suficiente para comprovar a ciência do devedor de que deverá cumprir a obrigação na data e condições pactuadas.

De acordo com a norma do art. 397 do Código Civil, o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, não havendo necessidade de interpelação ou citação para a exigência do dever ou constituição em mora.

Essa regra vale para os acordos trabalhistas homologados pelo juiz, pois deles consta não apenas o *quantum* da obrigação, mas também a data do vencimento, a forma de pagamento e a multa, e o devedor e/ou seu advogado é intimado na própria audiência. Portanto, descumprida a obrigação assumida, deve ser expedido imediatamente o mandado de penhora pelo valor devido, inclusive com a multa de dez por cento que incide pelo mero inadimplemento.

Todavia, quando a sentença não fixar o valor devido deve-se primeiro proceder a liquidação da obrigação que seguirá, como já dito, o procedimento do art. 879 da CLT. Uma vez homologada a conta o juiz expedirá de ofício ou a requerimento do credor o competente mandado de intimação do devedor para pagamento do *quantum* devido no prazo oito dias, inclusive com a cominação da multa prevista no art. 475-J do CPC e não mais para indicação de bens à

penhora, pois tal direito foi retirado do executado pela Reforma de 2005 passando a ser uma faculdade do credor (art. 475, J, § 3º do CPC).

É evidente que a expedição do mandado de intimação do devedor para o cumprimento da sentença não inibe o juiz de oficiar, desde logo, ao Banco Central para bloqueio de valores até o limite do *quantum* exequendo existente em contas bancárias do devedor, bem como, quando necessário, à Secretaria da Receita Federal requisitando dados sobre a declaração de bens do executado de modo a permitir eventual penhora sobre esses bens.

Se a ninguém é dado se eximir de colaborar com o Poder Judiciário para a rápida solução dos litígios (arts. 338 do CPC e 645 da CLT), esse dever também é exigido do próprio juiz, o que justifica a adoção pelo mesmo de uma postura ativa com a quebra de sigilos bancário e fiscal do devedor, pois esse tipo de atuação, além de expressamente autorizada pelo ordenamento jurídico pátrio, ocorre no interesse da justiça (art. 198, Par. único, do CTN) e visa, acima de tudo, emprestar efetividade à prestação jurisdicional em um tempo razoável, cumprindo assim, o princípio-garantia previsto no art. 5º, inciso LXXVII, do Texto Supremo.

Como consequência e reflexo do princípio (na verdade dever) de cooperação, surgem para o executado entre outros, os seguintes deveres:

a) relacionar de forma detalhada todos os seus bens (e não apenas os suficientes), inclusive aqueles que eventualmente tenham sido transferidos a qualquer título desde a data do ajuizamento da ação;

b) indicar de forma precisa onde se encontram;

c) exhibir, quando determinado, a prova de sua propriedade;

d) informar quanto à existência de gravame; abster-se de qualquer atitude que dificulte ou embace a realização da penhora (art. 645, da CLT e arts. 14, V e 600, IV, do CPC).

O descumprimento desses deveres de forma espontânea pelo executado pode levar o juiz, de ofício ou a requerimento do credor ordenar para que o faça no prazo que fixar, sob cominação de multa por dia de atraso, e o não atendimento da determinação judicial de modo injustificado constitui ato atentatório à dignidade da justiça sujeitando-o às penas previstas no art. 601 do CPC.

Ademais, a declaração da prática pelo devedor de ato atentatório à dignidade da justiça acarreta ainda declaração de indisponibilidade genérica de bens do executado (presentes e futuros – o devedor responde com os seus bens presentes e

futuros para o cumprimento de suas obrigações – art. 591 do CPC), com a imediata comunicação dessa declaração (ordem de bloqueio) ao Ofício de Registro de Imóveis, ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Detran e às demais repartições públicas que processam registros e transferências de bens, na forma prevista na Lei 8.397/1992, art. 4º, aplicável por analogia, como lembra abalizada doutrina³¹.

É lógico que esse procedimento somente será cabível quando se tratar de devedor solvente, pois em caso de falência (pessoa jurídica) ou insolvência civil (pessoa física), uma vez tornado líquido o *quantum* devido com a homologação dos cálculos, seja porque não houve impugnação à liquidação ou porque esta foi julgada (arts. 879 e 884 da CLT), cumpre ao juiz apenas expedir a certidão da dívida para que o crédito seja habilitado no juízo da falência ou da insolvência³², salvo é

³¹ BEBBER, **Ob. cit.**, p. 79.

³² Já na norma legal revogada (Decreto-Lei 7.661/45) havia previsão de que o juízo falimentar era único e abrangente de todas as ações e execuções contra a massa falida, conforme preceituavam os arts. 7º, § 2º, e 23. Na atual legislação (Lei 11.101/05, a previsão do juízo universal está disciplinada nos arts. 76 e 115, limitando a competência do juízo trabalhista à quantificação dos valores do crédito trabalhista (art. 6º, § 2º, da citada Lei). A regra geral é que o juízo falimentar é indivisível e competente para todas as ações sobre bens, interesses e negócios da massa falida. Ademais, o juízo falimentar apresenta melhor solução para o litígio, pois não só privilegia um, mas todos os credores em mesma situação. Por conseguinte, havendo insolvência do devedor, não se justifica a continuidade ou o início da execução singular, sob pena de se desrespeitar o princípio da igualdade entre os credores, não se

claro, em se tratando de obrigação de fazer, como por exemplo, liberação do FGTS que será liberado através da expedição de alvará, ou de entrega da guia do seguro-desemprego que pode ser expedida pela Secretaria da Vara e assinada pelo próprio juiz (arts. 461 e 475-I, do CPC).

Dessa forma, se o devedor não pagar o débito no prazo fixado na sentença, quando líquida, será intimado para pagamento, sob a cominação da multa prevista no art. 457-J, do CPC. Referida intimação, no âmbito trabalhista, deve ser feita através de mandado que deverá conter também ordens para penhora de bens (art. 883 da CLT e 457-J, caput do CPC), avaliação dos bens objeto da constrição (arts. 475-J do CPC, caput e art. 7º, inciso V, da Lei 6.830/80) e registro da penhora, independentemente de recolhimento de custas ou outras despesas, na forma autorizada pelo arts. 7º, inciso IV e 14, da citada Lei 6.830/80.

Consumada a penhora, o devedor dela será intimado através de seu advogado, ou não tendo, como acontece muitas vezes no campo trabalhista, diretamente pela via postal ou por oficial de justiça. Vale anotar que o credor também será

podendo manter o direito de prelação de um credor sobre bem da massa, em execução singular, paralelamente à execução coletiva, nomeadamente quando existam outros credores com idêntico direito de preferência (arts. 83 da Lei 11.101/05 e 449 da CLT). Nesse sentido, SOUZA, Marcelo Papaléo

cientificado da penhora, e em se tratando de bem imóvel, também o cônjuge do devedor será intimado na forma exigida pelo art. 698, Par. único do CPC.

A intimação das partes no campo do cumprimento da sentença trabalhista, tem por objetivo deflagrar o prazo para impugnação dos atos executivos (art. 475-J, § 1º do CPC), bem como a própria sentença de liquidação (art. 884, § 3º da CLT) e possibilitar ao executado o exercício da faculdade prevista no art. 745-A do CPC, como se verá à continuação.

5 DIREITO DO DEVEDOR CONFESSO PARCELAR O DÉBITO: lei 11.382/06

Tratando-se de execução de título extrajudicial, uma vez cientificado da execução, nos termos da norma inserta no art. 745-A, do Estatuto Processual Civil, na redação da Lei 11.382/06, o devedor poderá discutir a dívida, total ou parcialmente no prazo de três dias, ou pagá-la de duas formas: a) à vista, no mencionado prazo ou, b) em até sete prestações.

de. **A nova Lei da Recuperação e Falência e suas Consequências no Direito e no Processo do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2006, p. 274-9.

Entretanto, para que o devedor possa usufruir o aludido benefício deve em primeiro lugar reconhecer a existência da dívida, sendo-lhe proibido discutir qualquer aspecto do crédito pretendido e, ao mesmo tempo, apresentar o comprovante do depósito do valor correspondente a 30% do total da execução, acrescido de custas e dos honorários de advogado quando houver requerendo o pagamento do restante do débito em até seis parcelas acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.

Parece não haver dúvida que referido direito se aplica no âmbito da execução trabalhista por título extrajudicial, pois além da CLT ser omissa quanto a matéria, o procedimento atende ao que previsto no art. 769 da CLT e no inciso LXXVIII, do art. 5º da Constituição da República, máxime porque esse procedimento pode imprimir maior celeridade e eficácia à execução.

Todavia, a dúvida que pode surgir é no sentido de saber se a norma constante do art. 745-A do CPC tem aplicação ao cumprimento da sentença (execução de título judicial).

Penso não haver nenhum empecilho na aplicação da norma no cumprimento da sentença trabalhista (execução por título judicial), pois se mostra compatível com os princípios informativos do Processo Laboral nomeadamente os princípios

da celeridade, da conciliação e da proteção ao trabalhador, em regra autor das ações trabalhistas que poderá além de receber desde logo 30% de seu crédito ver quitado o restante em razoável espaço de tempo (seis parcelas) sem ter que esperar uma não raro morosa execução cheia de percalços que poderá inclusive terminar sem nenhuma efetividade, como a realidade e a experiência forense nos tem mostrado em muitos casos.

Dessa forma, atendidos aos requisitos previstos no art. 769 da CLT e a garantia constante do art. 5º, inciso LXXVIII, do Texto Maior, a norma contida no art. 745-A do CPC, embora dirigida à execução por título extrajudicial também pode e deve ser aplicada no cumprimento da sentença no âmbito do Processo Laboral³³.

Todavia, ao contrário do que se passa na execução comum por título extrajudicial, no âmbito trabalhista o benefício somente poderá ser concedido estando a execução garantida com a penhora.

Com efeito, embora a nova norma possa constituir um incentivo para o pagamento de débitos objeto de execução e com isso permitir maior celeridade na prestação jurisdicional diminuindo o grau de litigiosidade existente na sociedade, sua

³³ Defendi esse posicionamento em artigo sob o título “**A execução de títulos extrajudiciais e o direito do devedor confesso parcelar o débito:**

aplicação no processo de trabalho deve ser feita com a necessária adaptação aos princípios específicos e informativos deste que, como já se disse mais de uma vez, visa não apenas compor conflitos laborais, mas também proteger a parte fraca da relação, ou seja, trabalhador até mesmo em face da natureza alimentar do crédito trabalhista.

De acordo com a nova norma processual, apresentada a proposta de parcelamento pelo devedor e exibido o recolhimento de 30% do valor devido, o juiz poderá deferi-la autorizado desde logo ao credor o levantamento da quantia depositada com a suspensão dos “atos executivos”, e quando indeferida, a execução terá prosseguimento normal mantido o depósito que evidentemente será compensado do valor final devido (art. 745-A, § 1º, do CPC).

Parece recomendável que o credor seja ouvido antes de ser deferido o parcelamento, principalmente porque este não pressupõe nenhuma garantia de que seja efetivamente cumprido, podendo o exequente não ter interesse que seja concedido, e no processo do trabalho como o benefício somente poderá ser concedido depois de garantida a execução com a penhora, o credor pode optar pela expropriação dos bens. Afinal, é ele e não o legislador ou o juiz o titular do

aplicação à execução trabalhista”. <<<http://www.anamatra.org.br>>>. Acesso em 17.04.07.

crédito, máxime porque uma vez deferido o pedido de parcelamento são suspensos todos os atos executivos.

O não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento das parcelas subseqüentes com o imediato início dos atos executivos, impondo-se ao devedor/executado a multa de 10% sobre o valor das prestações não pagas sendo vedada à oposição de embargos (§ 2º, do art. 745-A) ou qualquer outro tipo de defesa por parte do executado³⁴.

Nessa perspectiva, a norma do art. 745-A do CPC advinda com a Lei 11.382/06 parece perfeitamente aplicável ao cumprimento da sentença trabalhista, pois se determinado procedimento não viola o direito à ampla defesa e não avilta o devedor comum, esse procedimento também não violará o direito de defesa do credor trabalhista nem o aviltará³⁵. Por conseguinte, se o Código de Processo Civil dispuser de um instrumento mais ágil, mais célere e mais eficaz para o cumprimento das decisões judiciais, referido instrumento há de ser posto também à disposição do credor trabalhista com as

³⁴ É claro que havendo evidente erro material na conta, em que pese o disposto no art. 745-A do CPC (Lei 11.382/06), pode e deve o juiz de ofício ou a requerimento do devedor ordenar a devida correção (art. 833 da CLT). Essa providência se justifica até mesmo em obséquio ao princípio vedatório do enriquecimento ilícito, que seria violado se não fosse permitida a correção apenas porque o devedor requereu o parcelamento do débito lançando mão de uma faculdade legal.

adaptações que se fizerem necessárias para que não sejam violados os princípios específicos do Direito Processual do Trabalho. O que não se pode é simplesmente rejeitá-lo sob a apressada alegação de que a CLT não é omissa a respeito.

6 DA IMPUGNAÇÃO

Garantida a execução ou cumprimento da sentença pela penhora ou depósito, abre-se para as partes na execução trabalhista, o direito da impugnar a liquidação no prazo de cinco dias (art. 884, da CLT).

Penso não haver possibilidade de incidência do prazo de quinze dias previsto no art. 475-J, § 2º do CPC (na redação da Lei 11.232/05), pois além da CLT não ser omissa, o prazo previsto na Lei Processual Civil sendo mais longo mostra-se incompatível com os princípios de aplicação da norma mais favorável ao trabalhador e o de que a execução deverá ser feita no interesse do credor (art. 612 do CPC). Por conseguinte a entrega efetiva do valor devido ao credor deve se concretizar o

³⁵ CARVALHO, Luis Fernando Silva de. Lei n. 11.232/2005: oportunidade de maior efetividade no cumprimento das sentenças trabalhista. In: CHAVES, Luciano Atayde (Coord.). **Ob. cit.**, p. 256-7.

mais rapidamente possível. Afinal, o crédito trabalhista tem natureza alimentar.

Assim, se o prazo de quinze dias para a impugnação previsto na mencionada norma do Código de Processo Civil mostra-se incompatível com os mencionados princípios não pode ser aplicado no campo do cumprimento da sentença trabalhista.

Definido que a impugnação deve ser apresentada no prazo previsto no art. 884 da CLT, resta saber qual é a natureza jurídica da mesma.

Embora a CLT denomine a impugnação de embargos, na verdade, no âmbito do processo laboral ela não tinha nem tem natureza de ação autônoma, apesar de também “ser meio de defesa do executado”.

Com efeito, é processada nos próprios autos da reclamatória, inversamente do que ocorre no Processo Comum, cuja norma do art. 475-M, § 2º do CPC manda processá-la em autos apartados quando não for suspensa a execução, o que não acontece na execução trabalhista, pois aqui a impugnação não tem o condão de suspender a execução. Por consequência, referida norma mostra-se inaplicável no âmbito do cumprimento da sentença trabalhista, pois incompatível, neste aspecto, com os princípios específicos informativos desta.

Ademais, na impugnação prevista no art. 884 da CLT (denominada de “embargos”) sequer são exigidos requisitos para a petição inicial, o que reafirma o entendimento de que na prática não passa de mero incidente no curso da execução “que tem como escopo conter a atividade jurisdicional por meio de uma decisão que declare a inexistência do poder de executar ou a inexistência do crédito³⁶”.

A impugnação é meio processual colocado à disposição do devedor para que a sentença exequenda se cumpra adequadamente, pois por meio dela são corrigidos possíveis distorções existentes na fase de cumprimento da sentença tendo assim, natureza de incidente e não de verdadeira ação, como sucedia no processo comum antes do advento da Lei 11.232/05³⁷.

Na verdade, como afirma Garcia³⁸, antes mesmo da Reforma implementada pela Lei 11.232/05 “parte da doutrina já entendia que os embargos à execução trabalhista não resultam em processo dotado de autonomia”.

Dessa forma, pode-se afirmar que a impugnação apesar de “ser meio de defesa do executado”, constitui simples

³⁶ BEBBER, **Ob. cit.**, p. 99-100.

³⁷ Nesse sentido confira-se OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Ob. cit.**, p. 198.

incidente processual, sem natureza de ação, não dando origem a processo diverso³⁹.

Quanto à matéria argüível na impugnação, dispõe o art. 884, § 1º, da CLT que podem ser discutidas pelo devedor cumprimento da decisão ou do acordo, quitação e prescrição. Todavia, tanto a doutrina como a jurisprudência vêm alargando o rol das matérias passíveis de argüição na impugnação ou “embargos do devedor”. Até porque pode a execução está eivada de outros vícios além daqueles previstos no já citado art. 884, consolidado, e tanto isso é verdadeiro que o próprio legislador assim reconheceu ao inserir o § 5º ao citado preceito legal estabelecendo a inexigibilidade do próprio título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

Ademais, o contido no art. 884, § 1º, da CLT deve ser interpretado em harmonia com a garantia constante do art. 5º, inciso XXXV, do Texto Maior proibindo que a lei exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

³⁸ GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Lei 11.232/2005: reforma da execução civil e direito processual do trabalho. **Revista LTr**. v. 70, n.3, p.354.

³⁹ Em sentido contrário LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2005, p. 752-3.

Posta a questão nesses termos, abre-se espaço para aplicação do que se contém no art. 745-L do CPC (na redação da Lei 11.232/05), ou seja, o devedor poderá alegar:

- a) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia;
- b) inexigibilidade do título (inclusive na hipótese prevista expressamente no art. 884, § 5º, da CLT);
- c) penhora incorreta ou avaliação errônea, o que significa afirmar que as questões sobre a penhora devem ser argüidas na impugnação e não mais no prazo do art. 13 da Lei 6.830/80, sob pena de preclusão⁴⁰;
- d) ilegitimidade de partes;
- e) excesso de execução;
- f) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.

Dessa forma, no processo laboral o devedor poderá na impugnação à liquidação alegar todas as matérias previstas no mencionado preceito legal. Porém, quando de tratar de prescrição, somente aquela superveniente à sentença poderá ser objeto de argüição na impugnação, o que a meu sentir somente se justifica quando para iniciar a execução for necessária a liquidação da sentença por artigos, pois no

⁴⁰ Não comunga desse entendimento BEBBER, para quem as incorreções quanto à penhora e avaliação podem ser veiculadas na impugnação ou por simples petição no prazo previsto no art. 13 da Lei 6.830/80, ou seja, até a data da publicação do edital de praça. **Ob. cit.**, p. 114.

modelo de processo sincrético agora adotado e como sempre ocorreu no âmbito do Processo Laboral, cumpre ao juiz de ofício adotar todas as providências necessárias para o cumprimento (execução) da sentença não dependendo de requerimento do credor (art. 878, da CLT). Por conseguinte, não vejo como cogitar de prescrição intercorrente na hipótese da execução não depender de liquidação da sentença por artigos.

Necessário anotar, também, por importante, que na hipótese de o executado alegar excesso de execução por está o credor pleiteando quantia superior à resultante da sentença, cumpre-lhe especificar o valor que entende correto demonstrando de forma precisa e exaustiva os erros existentes, indicando de forma individualizada os itens impugnados (art. 475-L, § 2º do CPC e 879, § 2º, da CLT) de modo a permitir o contraditório, sob pena de rejeição liminar da impugnação.

A possibilidade concedida ao executado para se defender na execução, em respeito ao princípio do contraditório e à ampla defesa, constitucionalmente garantido, não lhe permite utilizar de qualquer tipo de defesa, qualquer resistência, sem o mínimo de plausibilidade, de seriedade ou de eticidade⁴¹.

⁴¹ BUENO, **Ob. cit.**, p. 112.

O processo “deve ter arraigado em sua funcionalidade afirmar o propósito de uma justa solução do embate de acordo com as exigências preceituais da Constituição Federal, entre elas, a observância de conceitos de valor (axiológico), com realce para as necessidades da justiça social e dos princípios éticos”⁴².

Desviada de sua finalidade própria, deve a impugnação merecer imediata rejeição, inclusive com a condenação do devedor, quando presentes algumas das hipóteses previstas nos arts. 17 e 600, do CPC, na pena de litigância por má-fé e por atentado à dignidade da justiça.

Averbe-se que também o credor no prazo de cinco dias, contado da ciência da garantia da execução com a penhora ou depósito, poderá impugnar a liquidação e a matéria poderá versar sobre qualquer questão de ordem pública, bem assim sobre a incorreção da conta desde, é claro, que o valor executado não tenha sido definido com caráter permanente na fase de liquidação, quando o juiz tiver optado pelo procedimento previsto no art. 879, § 2º da CLT.

É óbvio que o exequente também está submetido ao ônus da impugnação especificada, na medida em que somente

⁴² LIMA FILHO, Francisco das C. **Acesso á Justiça e os Mecanismos Extrajudiciais de Solução de Conflitos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 21.

com o detalhamento da impugnação será possível se verificar a procedência ou não de sua insurgência, permitindo-se, assim, o contraditório.

Havendo necessidade, o juiz designará audiência e determinará a produção de provas, o que é bastante raro, pois a grande maioria das impugnações versa sobre erros de cálculo.

A impugnação será resolvida, ainda quando o credor tenha se valido da faculdade, por decisão única (art. 884, § 4º, da CLT), cabendo dela recurso de agravo de petição (art. 897, letra a, da CLT) no prazo de oito dias, não se aplicando no particular o disposto no art. 475-M, § 3º, do CPC, na medida em que não há omissão da CLT a respeito da matéria.

Salvo violação literal de preceito constitucional, não cabe recurso de revista de decisão (acórdão regional) que julgar o agravo de petição (art. 896, § 2º, da CLT).

Com relação à coisa julgada material, incide apenas nas decisões proferidas na impugnação voltada ao debate das questões alusivas à existência do crédito, ao montante ou à pretensão a ele, bem como aquelas ligadas à declaração de inexistência ou nulidade da citação no processo que correu à revelia podendo, inclusive, esses vícios serem objeto de ação declaratória (autônoma e independente), o que implica dizer que a impugnação na prática termina desempenhando o papel da aludida ação.

Vale lembrar, todavia, que após a reforma de 2005 os embargos à expropriação não terão lugar na execução ou cumprimento da sentença, mas através de ação autônoma. Mas, como lembra abalizada doutrina⁴³, com a alteração legislativa dos meios de oposição à execução de sentença se quis exatamente suprimir tais ações. Por conseguinte, eventuais vícios da expropriação deverão ser suscitados por meio de impugnação. Seria esta a solução interpretativa que melhor se ajustaria à nova sistemática de execução (cumprimento da sentença) prevista no art. 475-I e seguintes do CPC, que também deve ser imprimida no campo do Processo Laboral, até mesmo em face da omissão da CLT a respeito da matéria.

Por último, necessário registrar que existe para o devedor também a possibilidade da arguição da *objeção de pré-executividade* que tem natureza jurídica de incidente processual e, portanto, pode ser argüida por simples petição, nos próprios autos do processo em que se processa o cumprimento da sentença ou a execução do título extrajudicial, independentemente de está o débito garantido com a penhora ou depósito.

⁴³ WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual**. São Paulo: RT, 2006, v. 2. p. 201.

Sem embargo, referido incidente somente é cabível nos casos em que a execução ou o cumprimento da sentença não têm a menor possibilidade de prosperar, por ser nula ou mesmo inexistente, como nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, do art. 475-L, do CPC (Lei 11.232/05).

Nessa perspectiva, a matéria a ser veiculada no incidente de objeção de pré-executividade pode dizer respeito tanto ao juízo de admissibilidade quanto ao juízo de mérito da execução, desde, é claro, que não seja necessária qualquer dilação probatória. Consequentemente, as matérias que podem ser alegadas através desse incidente, que não constitui sucedâneo da impugnação prevista no art. 884 da CLT, “são delimitadas pela cognição que o juiz pode efetuar, ou seja, serão admitidas as matérias que permitam que o juiz conheça, de imediato, no momento em que foi alegada, sem necessidade de produção de provas⁴⁴”.

Desse modo, não se pode substituir a impugnação à liquidação, que no processo laboral pressupõe garantia da dívida com a penhora ou depósito pela objeção de pré-executividade como vez por outra tentam alguns desavisados.

⁴⁴ DIAS NOLASCO, Rita. **Exceção de Pré-Executividade**. São Paulo: Editora Método, 2003. p. 208-9.

7 CONCLUSÃO

As normas constantes da Reforma das Leis 11.232/05 e 11.382/06 devem ser aplicadas à execução trabalhista em tudo aquilo que não sendo incompatíveis com os princípios informativos do Processo Laboral, possam trazer maiores benefícios e maior celeridade à efetiva prestação jurisdicional, especialmente no que toca ao credor, em regra o trabalhador.

Não se pode negar, todavia, que algumas das normas constantes dos mencionados Diplomas Legais, porque pensadas especialmente para um processo em que a igualdade das partes é a regra, o que não acontece no campo do Processo Laboral, são incompatíveis com os princípios informativos deste e, portanto, mesmo omissa a CLT não incidem no cumprimento da sentença trabalhista.

Se um sistema processual efetivo depende essencialmente de uma execução rápida, firme e efetiva, a não aplicação das normas a respeito do cumprimento da sentença previstas nas Reformas do Código de Processual Civil iniciadas em 2005, dando cumprimento ao princípio-garantia previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, do

Texto Supremo, na redação da Emenda Constitucional 45/2004, em tudo aquilo não sendo incompatível com os princípios tutelares e informativos do Processo do Trabalho e que possa dá maior efetividade à prestação laboral, mesmo quando a CLT eventualmente não seja omissa, constitui um forte obstáculo ao efetivo acesso do trabalhador a ordem jurídica justa, ideal que deve ser perseguido especialmente pelo juiz do trabalho.

Exige-se do juiz laboral, intérprete do direito tutelar do trabalho, uma postura ativa, não neutra frente aos dramas do trabalhador hipossuficiente, na maioria das vezes desempregado, doente, discriminado, etc, de modo a absorver os dados dessa realidade, da cultura, da história e das próprias necessidades sociais dessas pessoas, para que deixando de ser uma obstrução ao acesso à justiça – talvez a maior de todas elas – especialmente para esse seguimento social de desfavorecidos – possa erigir uma técnica inovadora a ser aplicada em sua nobre tarefa de julgar, de forma a assegurar o equilíbrio, a paz e a justiça, enfim, a verdadeira igualdade material que por óbvias razões constitui um dos objetivos das Reformas implementadas ao Processo Civil através das Leis 11.232/05 e 11.382/06.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Íris de. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1991. v. 2

ASSIS, Arakem de. Duração razoável do processo e reformas da lei processual civil. In: Fuz, Luiz et al (Coord). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BEBBER, Julio César **Cumprimento da Sentença no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/22/Consti.htm>. Acesso em: 02 dez. 2007

BUENO, Cássio Scarpinella. **A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **A nova Execução de Sentença**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 1993.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARVALHO, Luis Fernando Silva de. Lei n. 11.232/2005: oportunidade de maior efetividade no cumprimento das sentenças trabalhista. In: CHAVES, Luciano Atayde (Coord.). **Direito Processual do Trabalho: reforma e efetividade**. São Paulo: LTr, 2007.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Lei 11.232/2005: reforma da execução civil e direito processual do trabalho. In: **Revista LTr**. v. 70, n.3, mar. 2006.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2005.

LIMA FILHO, Francisco das C. **Acesso à justiça e os mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos**. Porto Alegre: Safe, 2003.

_____. **A execução de títulos extrajudiciais e o direito do devedor confesso parcelar o débito: aplicação à execução trabalhista**”. Disponível em: <http://www.anamatra.org.br> .

_____. Violação à cláusula constitucional do devido processo legal para Lei 11.277/06: inaplicabilidade ao processo laboral. In: CHAVES, Luciano Atayde (Coord.). **Direito Processual do Trabalho: reforma e efetividade**. São Paulo: LTr, 2007.

NOLASCO, Rita Dias. **Exceção de Pré-Executividade**. São Paulo: Método, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Execução na Justiça do Trabalho**. São Paulo: RT, 2006.

PAVAN, Dorival Renato. **Comentários às Leis 11.187 e 11.232, de 2005: o novo regime do agravo; o cumprimento da sentença e a lei processual civil no tempo**. São Paulo: Pilares, 2006.

PIOVESAM, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PORTO, Sérgio Gilberto. A crise do processo: a necessária adequação à natureza do direito posto em causa, como pressuposto da efetividade. In: Fuz, Luiz et al (Coord). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SÁEZ LARA, Carmen. **La Tutela Judicial Efectiva Y El Proceso Laboral**. Madrid: Civitas, 2004.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Incompatibilidades**: reflexos das alterações do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho. **O Trabalho**. Curitiba. n. 115, set. 2006. Suplemento Especial

SOUZA, Marcelo Papaléo de. **A nova lei da recuperação e falência e suas consequências no Direito e no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004

_____. As novas leis alterantes do processo civil e sua repercussão no processo do trabalho. **Revista LTr** v. 70, n.3, mar. 2006.

WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. **Breves comentários à nova sistemática processual**. São Paulo: RT, 2006. v. 2.